

V CONGRESSO URUGUAYANO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Área Temática

Políticas Públicas

MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM CABO VERDE

Maria Filomena Moreira Semedo - UFRGS (00233934)

Montevideo, 07 a 10 de Outubro de 2014

Mulheres e as Políticas Públicas de Saúde em Cabo Verde¹

Maria Filomena Moreira Semedo²

Resumo

As políticas públicas constituem uma ferramenta central para o funcionamento de uma sociedade democrática, e constituem linhas de pesquisa cruciais inerentes á comunidade académica. Embora, os seus efeitos produzidos são específicos (SOUSA: 2006) constata-se que, a maioria dos estudos sobre esse assunto na sociedade Cabo-verdiana, apresentam uma abordagem num sentido lato. Assim, a preocupação de abordar a problemática das políticas públicas na área de saúde com efeitos específicos na vida das mulheres em Cabo Verde. O presente trabalho tem como propósito apresentar algumas políticas públicas de saúde voltada para as mulheres em Cabo Verde. O principal objetivo é fazer um mapeamento sobre a trajectória das mulheres Cabo-verdianas na luta pela aquisição da igualdade e equidade de género face às medidas de políticas públicas a elas estabelecidas. No escopo, apresentamos uma abordagem das políticas públicas na área de saúde exclusivamente. Metodologicamente, faz-se o uso de revisão bibliográfica, analisando o programa do governo de Cabo Verde e outras análises documentais a respeito da temática em questão.

Palavras-chave: Mulheres, Políticas Públicas e Cabo Verde

¹ Trabalho apresentado no V Congresso Uruguayano de Ciência Política: Qué ciência política para qué democracia?”, Asociación Uruguayana de Ciencia Política, 7-10 de Outubro de 2014)

² Mestranda em Ciencia Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Email: dinasedo24@hotmail.com

Introdução

O arquipélago de **Cabo Verde**, situado na Costa Ocidental Africana, enquadra-se num dos países da Terceira onda de democratização abordada por Samuel Huntington. Foi colónia de Portugal durante cinco séculos e alcançou a independência em Julho de 1975, onde foi direccionado pelo regime de partido único (PAICV³) até os anos de 1990, obteve a transição democrática em 1991, com a derrota do MPD⁴ nas eleições legislativas.

Desde o período do partido único, o governo cedo estabeleceu políticas públicas na qual se mantêm em sintonia com a sociedade no sentido de promover a transformação e o desenvolvimento do país.

As políticas públicas, no seu sentido lato, envolvem vários sectores da sociedade e são desenvolvidas em vista a obtenção de diversos objectivos, dependendo da natureza das demandas. Algumas políticas partem da iniciativa dos detentores de poder (elites) e/ou do Governo, que procuram desencadear acções para atender determinados sectores da sociedade civil, mas, por outro lado, existem políticas que resultam da pressão da própria sociedade civil através da mobilização social ou outros meios legais. Essas demandas são em maioria das vezes, feitas pelas camadas mais desfavorecidas, na qual a mulher faz parte na sociedade Cabo-verdiana.

A questão da saúde constitui um direito universal para todos os Cabo-Verdianos conforme estipulada no artigo 70º da Constituição (P.26) e é um aspeto singular na implementação de políticas direccionadas para as mulheres.

Nos últimos tempos têm sido produzidos vários trabalhos com foco sobre as mulheres em Cabo Verde, nomeadamente o de Monteiro:2009; Gomes:2011; Vieira: 2013 e de entre outros variados, não obstante, poucos desses estudos examinam de forma aprofundada as políticas públicas direccionadas para as mulheres em Cabo Verde. Por outro lado, é de salientar que o país carece de estudos realizados com foco sobre as

³ Partido Africano para a Independencia de Cabo Verde. Criado na altura logo após a independencia nas sequencias do golpe de Estado em Guiné-Bissau em 1982.

⁴ Movimento para a Democracia. Na altura foi a única força opositora que concorreu ás eleições legislativas com o PAICV e saiu vencedora.

políticas públicas voltadas para as mulheres, mormente da avaliação dessas políticas de uma forma geral. E, em relação às políticas de saúde para as mulheres parece não existir nenhum estudo a respeito, de modo que a nossa preocupação em relação a essa temática alarga um pouco mais daquilo que será abordado neste momento.

Neste sentido, preocupamos em analisar essa questão central, ou seja, analisar as políticas públicas voltadas para as mulheres. Todavia, variados domínios de intervenção foram apropriados para conceder às mulheres mais espaços de participação, de ter vez e voz, de ter protecção, de fazer prevalecer seus direitos não só enquanto “humanas” e cidadãs, mas também enquanto mulher. Sendo assim, como forma de garantir a objectividade do estudo analisamos as políticas públicas na área de saúde, uma área que tem propiciado muito a melhoria de condições e vida das mulheres no combate à mortalidade materna e infantil e não só, mas na própria autopromoção das mulheres face aos seus direitos.

Para tal, mostra conveniente trazer, *a priori*, uma abordagem histórica da “trajectória”, isto é, o papel que as mulheres têm desempenhado ao longo dos tempos até a actualidade para posteriormente, saber analisar e enquadrar as políticas públicas que a elas foram revindas. No entanto, contextualizamos a história das mulheres e o surgimento de políticas públicas que as envolvem num quadro de cidadania, com ênfase nas políticas de saúde enquanto o ponto focal do estudo.

Das políticas públicas

Vários são os autores considerados pais fundadores da arena de políticas públicas (H. Laswell, Simon:1957; Lindblom: 1959-1979; e Easton: 1965)⁵, ou seja, precursores no desenvolvimento de assuntos envolvidos ou relacionados com políticas públicas. De entre eles, realçamos as ideias de David Easton (1965), com a sua abordagem da teoria sistémica. Nas escritas dele, políticas públicas é vista como um sistema, de modo que funciona de relações entre formulação, resultados e o próprio ambiente onde se encontra inserida. Nas concepções de Mead (1995) políticas públicas se definem por um campo dentro do estudo da política que analisa o governo á luz das grandes questões públicas.

⁵ SOUSA, Celina: Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. (Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45)

Não obstante, a questão de saúde constitui uma das grandes discussões públicas e merece total atenção não só por parte dos que fazem políticas públicas e a camada da população na qual essa política é direccionada, mas por parte dos próprios estudiosos e analistas no sentido de averiguar as avaliações e os impactos de tais políticas na sociedade em geral, de modo a não deixá-lo restringir somente na elaboração e implementação. Porém, fazer cumprir todas as etapas na qual constitui uma política pública.

Contextualizando a “história da mulher cabo-verdiana”

Do trabalho, recai sobre elas, a apanha da lenha para fogueira, procurando “pão-para-filho”, de cesta na mão regressando do campo, enfim, de trabalhos informais aos formais as mulheres cabo-verdianas sobreviveram e/ou sobrevivem entre o colonizador português e o dominador⁶ Cabo-verdiano. Salientamos este aspecto num sentido de que é um ambiente já vivido e presenciado essas situações (na actualidade); um aspecto que se denota, é contada pelos mais velhos (que relatam a história do passado) e hoje, ela é transcrita tanto pelos filhos nativos quanto pelos estrangeiros, ou seja, por estudiosos internacionais.

Historicamente, a mulher vivencia uma situação precária em Cabo Verde, pois, muitos dos direitos humanos não as envolviam, muito menos a questão da cidadania. Porém, eram considerados cidadãos os indivíduos do sexo masculino, com dezoito anos de idade, fora isso, as mulheres não tinham o direito algum de participar nas esferas do poder, nos debates da sociedade, muito menos na tomada de decisões.

Entretanto, cabia a elas o espaço doméstico, ou seja, exerciam por obrigação o papel da mãe, da esposa, da empregada doméstica, enfim, de tudo o quanto diz respeito á vida privada. Porém, foi o que Pinto (2006) afirma, elas foram excluídas da vida pública e incluídas na vida privada. Foram consideradas em muitas situações, meramente “objecto de reprodução” e a questão da educação era vista como um direito exclusivamente dos homens, ou seja, “*segundo a cultura patriarcal, as raparigas não necessitavam de aprender a ler e a escrever para serem boas esposas e boas donas de casa*” (GOMES: 2011, p.106).

⁶ A mulher em Cabo Verde para além de inserir no quadro da colonização portuguesa, foi também dominada pelo próprio cabo-verdiano. Em outras palavras, elas se encontravam sobre os domínios do homem. Domínios, tanto cultural, religioso, político e particularmente, familiar.

No entanto, tinha um grande peso na família, a tradição e a igreja, ou seja, “*muitas mulheres acreditavam que já nasciam com um destino traçado do qual não podiam fugir: procriar, obedecer e sofrer*” (*idem*: p.107).

Foi então a partir de 1975, com a proclamação da independência e em vista aos movimentos sociais, é que se abriu o maior espaço na qual elas poderiam ter vez e voz a dar em algum assunto da sociedade. Após a independência, o governo trabalhou de forma considerável no programa de mobilização política tendo como objectivo fazer a população tomar parte das grandes causas nacionais em que se enfrentavam momento sobretudo pelo combate á fome, á mortalidade infantil, á educação (LOPES: 2002), e entre outros problemas chaves no país e que urgentemente precisavam ser atenuadas.

Embora neste período, de 1975-1990, o regime de partido único apostou fortemente no fenómeno participação como sendo um dos mecanismos prioritários para o processo do “desenvolvimento”, grande parte das iniciativas foram no sentido de baixo para cima, ou seja, partiram por parte das próprias mulheres Assim, houve a mobilização e organização da sociedade rumo a participar neste “processo de desenvolvimento”.

A abertura política ao multipartidarismo foi em 1990 com as primeiras eleições legislativas em Janeiro de 1991. Desta eleição o MPD – Movimento para Democracia, saiu vitorioso e, posteriormente vieram a surgir outros partidos políticos, embora, estes (MPD e PAICV) são os dois maiores partidos existentes. Essas duas principais forças políticas têm-se revezado no poder constituindo uma dinâmica no país, em parte na elaboração e implementação de políticas públicas.

A partir deste período várias mudanças constitucionais têm sido feitas, incorporando políticas públicas em vários domínios da sociedade com acções estruturantes e com particularidade, mudanças em direcção ao reconhecimento dos direitos das mulheres.

Não obstante, além dessas transformações promovidas de cima, ou seja, pelos tomadores de decisão, afere-se ainda que grande parte resultou das demandas e da pressão feita pelas próprias mulheres. As suas lutas têm sido feitas não só no campo da saúde, mas em outros níveis da sociedade.

Conforme sustenta Anjos (2011) desde o período colonial as mulheres começaram a reivindicar pelos seus direitos que eram violados. Pois, trabalhavam arduamente no campo e não tinham nenhuma forma de desfrutar daquilo que trabalhavam. Como resultado disso, houve por exemplo em 1910 uma grande revolta no interior da ilha de Santiago, na localidade de Ribeirão Manuel em Assomada que ficou conhecida como revolta de Ribeirão Manuel. Foi promovida essencialmente pelas mulheres que reclamavam das suas terras na qual eram proprietárias e não tinha direito de recolher os frutos que elas mesmas produziam nas suas propriedades – a pulgueira. Porém, muitas mulheres foram presas porque não lhes eram permitidas recolher as pulgas que elas próprias produziam nos seus terrenos. Assim, a origem dessa revolta das mulheres camponesas no processo de defesa dos seus territórios contra os abusos da exploração portuguesa.

Sendo assim, os caminhos trilhados através de meios e causas legais resultaram em outputs com centralidade nas próprias mulheres. Não obstante, desenvolvemos neste trabalho a hipótese de que a política pública voltada para as mulheres em Cabo Verde tem sido resultado de uma luta das próprias mulheres, considerando ser mais uma cidadania conquistada do que concedida.

O trabalho presente, foi sustentada num suporte teórico, ou seja, apropriamos em grande parte da revisão da literatura e de entrevistas como instrumento metodológico.

A emergência das mulheres como cidadãs

Esta abordagem enquadra e analisa a situação das mulheres Cabo-verdianas enquanto um processo de desconstrução e de construção de si mesma, ou seja, as mulheres se desconstruindo as práticas e as culturas a elas imputadas e se construindo o seu ego enquanto um ser humano, livre e independente, possuidora de direitos e deveres.

Ao abordar o período da década de 60 até 70, constatamos o seguinte:

Nessa altura de 1462-1856, as mulheres escravas eram a maioria e tidas essencialmente enquanto uma importante reserva para a reprodução, era propriedade do amo e constituía-se em mais um objeto de reprodução. A mulher vivencia desde sempre uma situação precária em Cabo Verde, pois, muitos dos direitos humanos não as envolviam,

muito menos a questão da **cidadania**. Porém, eram considerados cidadãos os indivíduos do sexo masculino, a partir dos dezoito anos de idade, fora isso, as mulheres não tinham o direito algum de participar nas esferas do poder, nos debates da sociedade, muito menos na tomada de decisões (ICIEG: 2008).

Por obrigação, as mulheres exerciam o papel da mãe, da esposa, da empregada doméstica, enfim de tudo o quanto diz respeito à vida privada. Foi o que Pinto (2006) afirma, elas foram excluídas da vida pública e incluídas na vida privada. Foram consideradas em muitas situações meramente “objeto de reprodução” e a questão da educação era vista como um direito exclusivamente dos homens, ou seja, segundo a cultura patriarcal, *“as raparigas não necessitavam de ler e escrever para serem boas esposas e boas donas de casa”* (GOMES: 2011, P.106).

A partir de 1963 até 1974: uma nova virada se verifica, ou seja, as mulheres participam na luta de libertação nacional e realizam as mais diversas atividades como: garantir o funcionamento dos jardins infantis, das escolas, dos hospitais, dos serviços logísticos e burocráticos e o trabalho no sector das telecomunicações: emissões da rádio “Voz de libertação”, divulgação das informações escritas (ICIEG: 2008). Essa participação incluía nas Políticas de Amílcar Cabral que na altura defendia a presença das mulheres nos espaços políticos da sociedade, mormente na tomada de decisões.

Posteriormente, um novo avanço se verifica a partir de 1975 quando o país se libertou da colonização. Entretanto, de 1975-1990 as mulheres se firmaram num amplo espaço da sociedade sustentado em alguma medida nas políticas públicas do governo e na luta desencadeada pelas próprias mulheres.

Houve em 1977 a entrada em funcionamento do Programa Materno Infantil e Planeamento familiar (tendo em conta que havia um elevado índice de mortalidade infantil e família numerosa) (ICIEG: 2008). Estes são, portanto, para se referir a algumas políticas de governo no sentido de as apoiar.

Em suma, até esta data, duas palavras-chaves podem se desenvolver: a **Cidadania** – no sentido de que nem todos eram considerados cidadãos. Pois eram determinados os indivíduos do sexo masculino, a partir dos 18 anos de idade. Todavia, consideramos ser uma cidadania conquistada e não concedida tendo em conta que os ganhos obtidos resultaram essencialmente das conquistas das próprias mulheres reivindicando os seus

direitos e proporcionando mudanças. Veremos mais adiante. Por outro lado, a **Educação** – considerada um direito exclusivamente dos homens. Esses são dois dos aspetos que fortemente as mulheres conseguiram conquistar ao longo do tempo e que hoje é uma realidade totalmente diferente, conforme se realça ao longo do texto.

Foi então a partir de 1975 (com a independência e surgimento de alguns movimentos sociais) em que se abriu o maior espaço no qual elas poderiam ter vez e voz a dar em algum assunto da sociedade. Com a independência, gizou-se um amplo programa de mobilização política com vista a envolver a população nas grandes causas nacionais que se prendem com o combate à fome, à mortalidade infantil, à educação etc (LOPES: 2002). A partir desse momento procurou-se engajar a população no processo de reorganização e desenvolvimento do país, priorizando assim, a vertente participação.

1980 – A primeira Constituição da República estabelece, no artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica; No dia 5 de Dezembro, Cabo Verde converteu-se num dos 21 primeiros estados membros da ONU a assinar sem reservas a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (ICIEG: 2008).

Entre os anos 1990 a 2000 foram criadas associações que vão conformar o campo de políticas de género, promoção dos direitos das mulheres e desenvolvimento, nomeadamente a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e entre outras.

A questão da participação e as demandas de políticas de Saúde

Faz aqui presente a definição sustentada por Lynn (1980) que considera Políticas Públicas como sendo um “*conjunto de acções do governo que irão produzir efeitos específicos*” (SOUSA, 2006:24) para enquadrar as acções desenvolvidas pelo governo Cabo-verdiano com efeitos específicos, e neste caso particular, nas mulheres. Abordamos de uma forma geral o surgimento de algumas políticas públicas, para depois apresentar com particularidade a arena de saúde.

Foi então a partir da década de 70 em que se deu o maior foco às mulheres, daí em 1981, foi criada a primeira Organização das Mulheres no intuito de dar vez e voz á

mulher Cabo-verdiana, daí, a denominação OMCV – Organização da Mulher Cabo-verdiana a 27 de Março que depois foi instituído como dia da mulher cabo-verdiana. Posteriormente, dez anos mais tarde, com a abertura política, esta transformou-se numa organização não-governamental (ONG), ou seja, adquiriu a personalidade jurídica de ONG em 1991. Autonomamente passou a desenvolver seus trabalhos com atuação nos variados domínios (educação, microcrédito, luta contra pobreza e exclusão social, violência de género e entre outros).

“A gente saía, tirava dinheiro do nosso bolso, ninguém nos dava dinheiro e a gente ia para a casa de parentes a fazer trabalho com as mulheres completamente voluntárias, era o verdadeiro voluntariado. Do nosso dinheiro saíamos a trabalhar espontaneamente, sem grandes orientações e depois esse movimento foi ganhando força e chegou ao momento em que a gente criou uma comissão nacional organizadora”.

(fala de uma mulher Cabo-Verdiana,
que já foi dirigente da OMCV)⁷

A OMCV constituía um órgão do partido único (PAICV) criado pelas mulheres que participaram nas lutas pela independência do país, daí que na altura da sua criação (OMCV) foi considerada uma “organização de massa do PAICV”. (VIEIRA, 2013:92). Posteriormente, em 1992 foi criada uma nova Organização Não-Governamental, inicialmente associada ao partido do governo - Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI). Conforme sustenta Vieira (2013) é uma associação que assim como a OMCV trabalha em prol da mulher (educação, microcrédito, saúde sexual e reprodutiva...). Actualmente, elas (OMCV e MORABI) orientam políticas para o empoderamento das mulheres, lutando intensamente pela igualdade e equidade do género, fato que obriga os dirigentes a procurarem uma maior flexibilidade de circulação/atuação em diferentes espaços da sociedade.

⁷ Constitui uma parte de uma entrevista realizada com as dirigentes da OMCV como instrumento para desenvolver a dissertação de mestrado em andamento, intitulada “a circulação das elites nas ONGs em Cabo Verde: o caso da OMCV e da MORABI”.

No âmbito da **saúde**, a “OMCV tem desenvolvido actividades de saúde Comunitária, essencialmente voltadas para jovens dos 13 aos 19 anos. Porém, trabalharam na prevenção da gravidez precoce; na prevenção de DST/SIDA, no Planeamento Familiar e higiene pessoal e do meio” (OMCV - histórias).

Por outro lado, a alteração das leis constitucionais com políticas direccionadas para as mulheres foi um dos aspectos salientes das políticas públicas do governo. De entre as quais, convém salientar algumas dessas políticas, a saber: política de planeamento familiar, direitos das mulheres (Novo Código de Família, Despenalização do Aborto) e políticas de integração da mulher no desenvolvimento, com ações voltadas para a diminuição do analfabetismo, principalmente no meio rural e criação de jardins infantis. Foi ainda criada um instituto de condição feminina (ICF), na qual tinha como principais objetivos: *“promover políticas que contribuem para a igualdade de direitos entre homem e mulher e a integração efetiva e visível da mulher em todos os domínios da vida social, económica e política do país”* (VIEIRA 2013:92).

Posteriormente, foi criada o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género (ICIEG). Este sucede pois, ao Instituto da Condição Feminina - uma instituição estatal criada em 1994 pelo Governo. O ICIEG foi criado com o intuito de promover políticas que contribuam para a igualdade, equidade e paridade de género e para a criação de condições e mecanismos institucionais que asseguram a sua aplicação (GOMES, 2011:120).

Esta instituição trabalha essencialmente com a questão de género, promovendo condições e mecanismos de consciencialização dos homens e das mulheres em Cabo Verde no que se refere a direitos humanos, com principal foco na luta contra Violência Baseada no Género (VBG).

Por VBG, entende-se “qualquer tipo de acção mediante a qual alguém que tem ou teve algum tipo de relação de intimidade, afectividade (união de facto, casamento, namoro), impõe a sua vontade a outra pessoa, obrigando a agir de acordo com os seus desejos” (ICIEG 2012).

Um incentivo á participação das mulheres, mormente, do reconhecimento das mulheres como cidadãs, foi com a abertura ao multipartidarismo sobretudo com a Constituição da República de 1992, que trouxe algumas alterações favorecendo a presença das mulheres

nas diferentes instâncias da sociedade. Em 1993 houve a alteração no Código Penal, introduzindo Código Família-Decreto-Legislativo nº 12-C/97).

Entre os anos 1990 a 2000 foram criadas associações que vão conformar o campo de políticas de género, promoção dos direitos das mulheres e desenvolvimento:

Em 1995 foi criada uma associação Cabo-verdiana para a proteção da família; (VERDEFAM) e em 1999 a Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV). No período de 2000, foram criadas três associações respetivamente, isto é, em 2001, a Associação Cabo-verdiana das Mulheres Juristas (AMJ); em 2002 surgiu Rede de Mulheres Parlamentares (RMP-CV); e em 2003 - Rede de Mulheres Economistas de Cabo Verde (REDEMEC) (VIEIRA, 2013:92).

A Verdefam preocupa-se com a **saúde da mulher**, especialmente a saúde reprodutiva. Entre os seus objectivos, apontam-se os de planeamento familiar e de educação sexual. Muito recentemente foi criado o Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da mulher (GOIP), para disponibilizar informações, assessoria e fazer acompanhamento da mulher no processo de empoderamento e de inserção profissional (GOMES, 2011: 121). Entretanto, a mulher enfrentou desde a antiguidade situações problemáticas, de entre elas a questão da mortalidade tanto infantil, quanto materno. Problemas essas que fizeram surgir essas políticas de saúde acima mencionadas, mas também abrangeram outras áreas afins.

“A mulher de Cabo Verde tem sete a oito filhos, herdava tudo, não tinha um sistema que controlava a questão da saúde da mulher. Se formos comparar taxa de mortalidade naquela altura das mulheres que morreram de parto temos número enorme. Então a organização das mulheres, a OMCV começaram a fazer esse trabalho destinados às mulheres, ensinar a controlar natalidade, começar a fazer esse trabalho que PMI/PR hoje nasceu dentro da OMCV, na base do voluntariado que as mulheres abraçaram e pressionaram governo, tinha necessidade de dar alguma coisa, de dar a possibilidade a mulher de se formar, se capacitar e também politizar própria as mulheres. Tínhamos um país que não tinha oportunidades, acompanhei os processos de independência de Cabo Verde”.

(Fala de uma das mulheres que também foi dirigente da OMCV)

No que se refere á questão de saúde por exemplo, são visíveis algumas evoluções no que diz respeito a taxa de mortalidade infantil em alguns anos, bem como da mortalidade materna. Conforme demonstram os dados do ICIEG (2008) no período de 2000 a 2007 o número de crianças que morriam é significativo conforme demonstram os dados da tabela seguinte.

Tabela 1: Saúde: evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil) de 2000 a 2007

Anos	Raparigas	Rapazes	Total
2000	24	28	26
2001	21	25	23
2002	21	21	21
2003	19	20	20
2004	20	27	24
2005	24	24	24
2006	24	25	25
2007	21	22	22

Fonte: GEPC-MS, Relatório Estatístico 2007 e INE, Projecções Demográficas 2008 p33.

No que diz respeito á Mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos, 2001-2009. Percebe-se que a mortalidade materna tem oscilado: portanto, de 2006 a 2009 passou de 16,2 por cem mil para 53,7, tendo tido valores próximos ou acima dos 40 por cem mil em 2001, 2004 e 2006. (fonte: relatório estatístico- 2010, MS p.35).

A sociedade civil tem estado a trabalhar em forte articulação com a saúde sexual e reprodutiva em cooperação com as instituições competentes que foram criadas justamente para este propósito.

Considerações finais

Grosso modo, constituem características básicas das políticas públicas, os elementos como: a estabilidade, a adaptabilidade, a coerência e coordenação, a qualidade da implementação e da aplicação efectiva, a consideração de interesses público e a eficiência. Aspectos pelo qual deixa algum interesse em analisar em cada política pública a existência desses elementos. São poucas as políticas de governo que vão de encontro com as mulheres na área de saúde em Cabo Verde e muitas vezes questionamos a qualidade dessas políticas. Isto porque estivemos á altura de ir até o ministério da saúde no Palácio do Governo á procura de documentos a respeito e não tem nada disponível - é perigoso – consideramos.

O mapeamento enquadrado aqui nos permite tirar algumas ilações em relação á temática, e ao mesmo tempo, nos deixa com poucas margens de conclusões, isto na medida em que, este estudo se encontra ainda em aberto. Sendo assim, ficamos com parêntese aberto para uma análise mais aprofundada e mais sólida.

De modo grosso, a questão das mulheres e políticas públicas em Cabo Verde teve e continua tendo um *déficit* de estudos, embora não queremos dizer que não existem estudos na área. Carecem de uma certa avaliação por parte das entidades competentes, de forma a conjugar o impato das políticas implementadas sobre a situação das mulheres.

As políticas de saúde em específico, para as mulheres não se encontram disponíveis no site do ministério da Saúde. Fato este acaba dificultando a nossa investigação, dado que muitas vezes é difícil/impossível estabelecer contato com o responsável máximo neste ministério a propósito de fornecer alguns dados a respeito.

Em suma, aferimos que as políticas públicas de saúde existente para as mulheres em Cabo Verde são em grande medida, políticas que elas mesmas conquistaram. Isto mostra o quanto batalhadora e vencedora são as mulheres num ambiente de colonização e de machismo. Ao mesmo tempo o incentivo de procurar cada vez mais novas formas de se engajar e defender as causas que lhes dizem respeito.

Referências bibliográficas

- AFRO BAROMETER, (2005), “*Atitudes e relação á qualidade da democracia em Cabo Verde*”; pp.54-56
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher de um povo. In: Silva, Carmelita, FORTES, Celeste (orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiencias e perspectivas*. Praia: edições Uni-CV, 2011. (Coleção Sociedade, v.4)
- CABO VERDE. Constituição da República de Cabo Verde, Praia: Imprensa Nacional, 1980.
- CABRAL, F.M.A. et al. “*O espaço da Mulher nos direitos humanos e a Mutilação Genital Feminina: O caso da Guiné-Bissau*”. In Revista do Saju. V 7. Nº 2 Dezembro de 2011: Para uma revisão crítica e interdisciplinar do direito.
- Guia das ONGs de Cabo Verde (2009)
- GOMES, Crispina (2011). “*Mulher e Poder: O caso de Cabo Verde*”. IBNL, Praia.
- ICIEG 2008 *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números*
- ICIEG 2011 *Lei Especial Contra Violência Baseada no Género*
- ICIEG 2012 *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números*
- MONTEIRO, Eurídice Furtado (2009). “*Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais – Uma análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*”. Vol. 1. ISBN, Praia.
- PINTO, Céli Regina Jardim (2006) “*As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores*”. – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, pp. 651 a 613.
- SOUSA, Celina: *Políticas Públicas: Uma revisão da literatura*. (Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45)
- VIEIRA, Miriam (2013). *Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo*, Vol. 49, N. 1, p. 90-96, jan/abril.